TEXTOS, CONTEXTOS E MODOS DE DOMINAÇÃO INTELECTUAL: A GESTAÇÃO E O IMPACTO DE *A ECONOMIA ANTIGA*, DE MOSES I. FINLEY[1]

Miguel S. Palmeira[2]

RESUMO

Este artigo examina os aspectos textuais da entronização do trabalho de Moses I. Finley (1912-1986) como modelo de referência dos estudos sobre a economia greco-romana antiga. Trata-se de observar como seu principal livro sobre o tema – *The Ancient Economy* (1973) – é concebido pelo autor e recebido por seus primeiros críticos. Ao final, eu argumento que a análise do livro como elemento crucial na constituição de um sistema de dominação intelectual nubla as barreiras entre fatores "externos" e "internos" do processo de consagração de Finley como autoridade no campo da economia antiga.

Palavras-chave: Finley; Economia Antiga; Internalismo; Externalismo.

ABSTRACT

This article examines the textual aspects of the enthronization of Moses I. Finley (1912-1986) as a leading historian of ancient Greek and Roman economy. It tries to show how Finley's main economic history book (*The Ancient Economy*, 1973) was conceived by the author and received by his first critics. I will argue that an analysis of *The Ancient Economy* as a crucial element in the constitution of a particular intellectual domination system blurs the barriers between "external" and "internal" factors in the process of Finley's consecration as an authority in the field of ancient economy.

Keywords: Finley; Ancient Economy; Internalism; Externalism.

INTRODUÇÃO

Entre estudiosos da história econômico-social da Antiguidade Clássica, é comum a referência ao próprio campo de estudos como área conflagrada. As discussões sobre a "economia antiga" foram designadas como "um longo debate, ainda não encerrado, embora já quase secular"; "um debate [que] continha – e ainda contém – os elementos de uma das mais significativas divergências nas Ciências Humanas"; "um dos maiores problemas da história

---

[1] Este artigo resulta de uma pesquisa de doutoramento financiada, em diferentes momentos, pela FAPESP e pela CAPES. A tese, concluída há dez anos, encontra-se em processo de publicação, em versão ligeiramente modificada, pela editora Intermeios. Foi impossível evitar sobreposições entre este texto e aquele que em breve virá a lume em forma de livro (especialmente com seu capítulo 2, cujo argumento se retoma aqui).
[2] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. E–mail: miguelpalmeira@hotmail.com

econômica antiga desde o fim do século passado"; "uma batalha acadêmica", um "flagelo" erudito com uma "longa história".[3]

Ao se referirem à "longa história" dessa "batalha", seus combatentes identificam habitualmente um momento *fundador*. As controvérsias, dizem, tiveram início na última década do século XIX, quando se opuseram duas concepções de "economia antiga": uma delas, defendida por Karl Bücher, um economista, situava os antigos em um estágio "primitivo" da evolução econômica da Humanidade; outra, sustentada por Eduard Meyer, um classicista, estabelecia analogias entre os ciclos econômicos mais prósperos da Antiguidade e os regimes econômicos "modernos". Os estudiosos da "economia antiga" reconhecem ainda outros momentos como cruciais, marcados por uma inflexão nos debates, pela emergência de novos personagens ou pela consagração de novas questões. Cada um desses momentos, no entanto, é normalmente vivido como um desdobrar da controvérsia fundadora: a despeito de propósitos manifestos de afastamento dos polos da discussão, as tentativas de caracterização da vida econômica antiga com mais probabilidade de êxito no universo social dos classicistas são aquelas que se fazem perceber como corolário da controvérsia "original", como produto de Bücher *versus* Meyer, "primitivistas" contra "modernistas".[4]

A crença em um debate duradouro, infindável, estava em jogo quando classicistas da segunda metade do século XX explicitaram sua sensação de que havia algo de novo no ar em matéria de história econômica antiga: "em alguma parte dos anos sessenta", escreveu um classicista estadunidense em 1974, "o estudo da vida econômica antiga tomou uma nova direção, cujos efeitos somente agora começam a ser sentidos".[5] "Têm-se multiplicado, no decurso destes últimos anos", observou um grupo de classicistas franceses em 1975, "novas interrogações sobre o funcionamento econômico da Antiguidade", propensas a indicar a "
especificidade das sociedades da Antiguidade".[6] Antes deles, um classicista italiano já

---

[3] Ver, na ordem, WILL, E. Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie antique. *Annales ESC*, n. 9, 1954, p. 8); PEARSON, H. The secular debate on economic primitivism. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. (orgs.). *Trade and Market in Early Empires*. Economies in History and in Theory. Glencoe: The Free Press, 1957, p. 3; HUMPHREYS, S.C. *Anthropology and The Greeks*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978, pp. 137-8; HOPKINS, Keith. Introduction. In: GARNSEY, Peter; HOPKINS, Keith; WHITTAKER, C. R. (orgs.). *Trade in the Ancient Economy*. Londres: Chatto & Windus / The Hoggart Press, 1983, p. ix; e COHEN, Edward E. "Introduction". In: CARTLEDGE, Paul; COHEN, Edward E.; FOXHALL, Lin (orgs.). *Money, labour and land: approaches to the economies of ancient Greece*. Londres: Routledge, 2002, pp. 1-2.

[4] Para mais detalhes, ver PALMEIRA, M. S. *Moses Finley e a economia antiga: a produção social de uma inovação historiográfica*. São Paulo: Intermeios, no prelo, cap. 1.

[5] CONNOR, W. R. Homo Lucrans?. *Arion*, New Series ¼, 1973-74, pp. 731-739 (citação p. 731).

[6] ANNEQUIN, Jacques; CLAVEL-LÉVÊQUE, Monique ; FAVORY, François. Apresentação. In : ANNEQUIN et alli. *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antiguidade Clássica*. Lisboa: Ed. Estampa, 1978, trad. Maria Luz Veloso, pp. 9-51 (citação p. 9). Esse volume foi originalmente publicado como edição n. 84 da revista *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme* em 1975.

propusera um "balanço geracional", medindo contra o passado dos estudos econômicos sobre a Antiguidade os feitos das "novas pesquisas", caracterizadas por, entre outros aspectos, "recusa do anacronismo" e "utilização de um vocabulário e de conceitos adaptados ao mundo antigo".[7] No período a que se referiam esses estudiosos, Moses I. Finley (1912-1986), historiador de origem estadunidense, migrado para a Inglaterra em meados da década de 1950, tomou parte ativa nas discussões sobre história econômica greco-romana antiga: publicou e lecionou sobre assuntos como escravidão, comércio, tecnologia e pensamento econômico na Antiguidade Clássica; e cumpriu, na percepção dos pares estudiosos da "economia antiga", um papel de protagonista nos debates.[8]

Neste artigo, procuro examinar os expedientes textuais que favoreceram a instauração dos trabalhos de Finley como referência central dos estudos sobre a "economia antiga". Não se trata de esgotar toda a constelação de fatores que contribuiu para a elevação desse autor a uma posição dominante em seu campo de atuação (isto é, à condição de alguém cuja obra enseja um posicionamento mandatório – deferente ou acrimonioso – por parte daqueles que tenham a pretensão de se fazer ouvir entre os pares). Há muitos elementos no processo de canonização intelectual de Finley que não se deixam apreender somente por suas publicações e que não são tocados aqui. Se nesta ocasião, contudo, eu enfatizo a costura e os nós de seu principal livro sobre economia, é porque não se pode considerar a dominação intelectual exercida por Finley como um aspecto externo a seus textos. A fatura de seus argumentos, um certo modo de inquirir as fontes e a bibliografia, a destreza no manejo dos símbolos de um universo específico de produção de conhecimento – habitado principalmente, mas não só, por classicistas – foram decisivos para viabilizar e confirmar sua autoridade no domínio historiográfico em questão.

A partir de uma análise de *The Ancient Economy* (doravante *AE*) e de algumas das primeiras reações suscitadas pela publicação do livro, procura-se identificar as teses e os procedimentos que contribuíram para dar às concepções de Finley sobre a economia antiga um caráter destacado e consequente no trabalho social e epistemológico de inculcação de certos modos de perceber a "economia antiga". Chama-se a atenção para o estabelecimento, num jogo de cumplicidade entre Finley e seus comentadores, de certos marcos discursivos que imprimem uma definição social da obra: a insistência em um *corte* conceitual entre "antigos" e "modernos"; o emprego frequente de uma retórica da comparação e da polêmica,

---

[7] LEPORE, Ettore. Economia antica e storiografia moderna (appunti per un bilancio di generazione). In: ROSA, Luigi (org.). *Ricerce storiche ed economiche in memoria di Conrado Barbagallo* (Vol. 1). Nápoles: ESI, 1970, pp. 3-33 (citação p. 31).
[8] Cf. PALMEIRA, M. S., op. cit., "Introdução".

a engajar um leque amplo de interlocutores nas discussões empreendidas no livro; os sucessivos movimentos de aproximação e afastamento dos textos antigos, traduzidos nos procedimentos metodológicos da compreensão e da modelização; e uma ambiguidade constitutiva da escrita. Ao final, eu faço uma breve digressão sobre como o artigo toca as orientações "externalista" ou "internalista" em história intelectual.

UMA PROPOSTA DE LEITURA

Assim como frequentemente ocorre entre leitores de autores destacados nas Humanidades, os comentadores de Moses I. Finley fizeram do legado desse historiador um objeto de disputas. A cada nova glosa desse ou daquele texto, trava-se uma luta para determinar a mais fiel das interpretações e, por conseguinte, para se apropriar da "verdade" da "obra" finleyniana – uma "verdade" passível de conversão em um legado próprio do comentador, isto é, daquele a quem se atribui a revelação dos significados profundos – e ocultos – do texto. É assim que, também com relação a Finley, proliferam os entendimentos distintos quanto ao que "de fato" disse o autor e ao "valor" do que foi dito. Na sucessão de apreciações conflitantes, é possível ver operar um mecanismo caro ao gênero do comentário, que faz dos desacordos (quanto à natureza e ao mérito da "obra") a face visível do acordo (quanto ao valor do estudo da "obra") que os sustenta.

Para os propósitos de um estudo da construção do protagonismo finleyniano nos debates sobre a economia da Antiguidade greco-romana, convém adotar uma estratégia que não passe simplesmente por estimar as qualidades perenes ou inatuais daquilo que se convencionou chamar o "modelo" de Finley. É ocioso proceder aqui a um expediente exegético que se imagine capaz de restituir uma verdade textual e de, ao fazê-lo, dizer algo de substantivo sobre o "mundo antigo" ou dotar os trabalhos de Finley de uma coerência estética que o justifique como objeto de estudo. A interpretação proposta a seguir de alguns textos de Finley, em especial de um livro seu, serve a outro fim e com outros meios: ela tenta apreender os significados da obra pelo cotejo entre o ponto de vista do autor – isto é, do criador sobre seu próprio ato criativo – e aquele de seus críticos – ou seja, aqueles que objetivam a intenção criadora do criador, que a enunciam e, em certo sentido, a levam a existir nos termos dessa enunciação.[9]

[9] Cf. BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean et. al., *Problemas do Estruturalismo*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1968 (orig. francês 1966), pp. 105-146.

Um livro de Finley em particular assume um lugar crucial na análise que se avança neste artigo: *The Ancient Economy*, publicado simultaneamente nos Estados Unidos e na Inglaterra em 1973. *AE* foi a rigor precedido por duas décadas de investimentos sistemáticos por Finley no campo da "economia antiga". O interesse de Finley pelo tema se entretivera de modo intermitente até meados dos anos 1940, mas dali em diante ganhou uma expressão regular em pesquisas sobre trocas e distribuição de bens na sociedade homérica; relações de crédito em Atenas; escravidão, comércio, inovação tecnológica no mundo antigo em geral, entre outros tópicos. De maneira geral, *AE* sintetiza os resultados dessas pesquisas, que Finley concluíra ou ainda desenvolvia à época, e que até então dera a conhecer em artigos, *papers* lidos em congressos e cursos ministrados na Universidade de Cambridge, onde o autor atuou como docente entre 1955 e 1986.[10]

Disso derivam duas razões estratégicas para fazer incidir sobre *AE* o foco principal da exposição subsequente. A primeira reside no fato de ser *AE* um ensaio único, concebido e percebido como uma síntese, a qual compreende de um modo ou de outro todos os tópicos inscritos nessa temática que Finley frequentou antes e depois de 1973. *AE* é um ponto de referência confiável na tarefa de destrinçar as visões finleynianas sobre a vida econômica antiga. A segunda razão é que, embora muitos textos anteriores de Finley tenham repercutido junto a classicistas, historiadores e cientistas sociais, aos olhos do observador distante no tempo é somente com *AE* que as reações às concepções de história econômico-social desenvolvidas por Finley ganham corpo, aderem ao livro e contribuem para defini-lo. Em outras palavras, a enxurrada de resenhas e comentários de que *AE* foi objeto, assim como as reações que isso gerou, como que ilumina momentaneamente uma zona de cumplicidade entre o autor e seus interlocutores – uma cumplicidade, vale dizer, que não significa concordância quanto ao mérito das teses, mas um acordo tácito quanto aos objetos de conhecimento em disputa e os modos legítimos de disputá-los.

UM LIVRO "ESSENCIALMENTE FINLEYNIANO"

Ao ser publicado no segundo semestre de 1973, *The Ancient Economy* já carregava o selo de um livro de autoridade. O peso que lhe foi conferido dentro e fora do círculo de

[10] FINLEY, M. I. *The Ancient Economy*. Nova York: Penguin, 1992 (orig. 1973; ver. 1985). Para evitar o amontoamento de notas de rodapé a documentar as referências a esse livro, eu fiz referência a ele inscrevendo, entre parênteses, a abreviatura do título e a página correspondente.

especialistas[11] de certo modo precedia o fato mesmo da publicação. No ano anterior, Moses Finley havia sido o ocupante de uma cadeira célebre entre classicistas europeus e estadunidenses, a *Sather Professorship of Classical Literature*. Tratava-se de um posto periodicamente oferecido pela Faculdade de Clássicos da Universidade da Califórnia a acadêmicos renomados para que ministrassem algumas palestras e um curso sobre um tópico relacionado à Antiguidade greco-romana. O contrato estabelecido entre a Universidade e o *Sather Professor* previa em regra a possibilidade – quase sempre concretizada – de publicação das palestras pela editora universitária. O texto que Finley leu perante a plateia de Berkeley nos meses iniciais de 1972 era uma versão preliminar de *AE*, e desde então se sabia que um livro sobre "economia antiga" provavelmente se originaria daquela ocasião.

Àquela altura, a atuação de Finley como historiador de História Antiga, sobretudo como especialista da temática frequentada em *AE*, era conhecida e reconhecida dentro e fora da profissão. A proposta para uma temporada como *Sather Professor* lhe fora feita com uma antecedência de cinco anos, em 1967. O prestígio envolvido no convite e na investidura do posto era um dos indicadores de que "Finley", o *nome*, ganhara o status de um bem de valor elevado entre estudiosos da Antiguidade na década de 1960.[12] Nos anos imediatamente anteriores às palestras da Califórnia, a reputação de Moses se cristalizara em distinções que o haviam elevado ao mais alto grau da hierarquia acadêmica britânica: em 1970, elegera-se *Professor of Ancient History* da Universidade de Cambridge;[13] em 1971, também por meio de uma eleição, tornara-se membro da British Academy (Academia Britânica de Humanidades e Ciências Sociais).[14]

A que espécie de livro se associava, naquele momento, a rubrica de "M. I. Finley", *Sather Professor* de 1972, "*Professor of Ancient History, University of Cambridge*",

---

[11] *AE* obteve um significativo reconhecimento mundano, tendo rendido a seu autor o Wolfson Literary Award de 1974. Até 1979, teve traduções em alemão, espanhol, francês, italiano, português. Conforme demonstrou recentemente Walter Scheidel, esse é, dentre os dez livros autorais de Finley, o mais citado de e o que melhor resiste em número de citações desde a época de sua publicação. Ver SCHEIDEL, Walter. "Measuring Finley's Impact". In: JEW, Daniel; OSBORNE, Robin; SCOTT, Michael (org.). *M. I. Finley. An Ancient Historian and His Impact*, op.cit., pp. 288-297.

[12] Foi P. BOURDIEU (*Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1992 [1984], pp. 11, 18-19) quem chamou atenção para as propriedades do *nome* como bem precioso do universo acadêmico.

[13] O termo inglês *Professor* designa normalmente o detentor da mais elevada patente acadêmica britânica; em Cambridge, corresponde ao cume da carreira universitária. *Lecturer* (primeiro patamar) e *Reader* (segundo patamar) são os graus imediatamente abaixo ao de *Professor*. A atribuição de cada um desses títulos pressupõe, idealmente, um reconhecimento de mérito, segundo deliberação dos pares de uma faculdade ou departamento. O tempo de serviço na instituição não é um critério determinante na eleição de um *Professor*: quando, por falecimento ou aposentadoria do titular, o posto fica vago, é possível nomear alguém que sequer integre os quadros da universidade. O caso de Finley, no entanto, é o da progressão profissional dentro da Universidade: foi *Lecturer in Classics* entre 1955 e 1964 e *Reader in Ancient Social and Economic History* entre 1964 e 1970.

[14] A principal distinção extra-acadêmica alcançada por Finley viria anos depois da publicação de *AE*, em 1979, quando a Rainha Elizabeth II o nomeou Cavaleiro (*Sir*) do Império Britânico.

conforme se registrava na folha de rosto da primeira edição? *AE* foi escrito em 1971, revisto em 1972 e entregue para publicação em 1973. Em relação às conferências que o haviam originado, explicava Finley, o livro trazia "mudanças e amplificações consideráveis" geradas em um ano de trabalho (*AE*, 9). Mesmo assim, conservava algo da forma de sua primeira elaboração: de seu estilo foi dito ora tratar-se afortunadamente de um "inglês legível", ora inscrever-se de maneira imprópria em um registro de oralidade.[15] A ausência de longas discussões técnicas ou de citações em latim ou grego, a reprodução transliterada de termos específicos desses idiomas, a enumeração prévia de "datas para orientação" e do nome de "alguns imperadores romanos" tinham como efeito possível o alargamento e a diversificação do habitualmente restrito público leitor de trabalhos acadêmicos de História Antiga. *AE*, porém, estava longe de ser uma obra de divulgação. À diferença de quase todos os livros até então publicados pelo autor[16], comunicava uma profusão de signos legíveis apenas para os iniciados em uma linguagem academicizada: as 397 notas de referência, bibliográficas e/ou explicativas, assinaladas ao longo de 159 páginas de texto corrido e dispostas por 34 páginas de um livro de 222, pautavam não apenas a forma como o conteúdo do livro, constituindo, mais do que protocolo de erudição, uma arma essencial do expediente da polêmica de que se valia o autor em sua argumentação. Era por isso um livro "essencialmente finleyniano", nas palavras de um comentador tardio, que anotou ainda a ambivalência de uma escrita que entrelaça convenções formais do especialista e apresentação romanceada dos argumentos:

> O estilo de prosa é discursivo: a leitura é agradável e prende o leitor. Finley não demonstra a todo tempo sua erudição, seja ela substantiva ou comparativa; escolhe seus exemplos antigos com cuidado e descarta discussões teóricas extensas. Para os leitores acostumados quer com a erudição clássica convencional, com sua massa de referências a literatura secundária e discussão detalhada de passagens específicas de textos antigos, ou para aqueles que vêm das ciências sociais, em que proposições explicitamente afirmadas são a norma, [seu estilo] pode certamente ser (como apontam Shaw e Saller) "não-convencional, enigmático e mesmo desconcertante". É sabidamente difícil encontrar uma ou duas frases nos artigos ou livros de Finley que sirvam para resumir o conjunto de seu argumento. Há passagens assim em *The Ancient Economy*, mas elas

[15] O inglês legível é a credencial atribuída ao livro pela contracapa de uma edição da Penguin Books de 1992. Para a condenação das marcas de oralidade, veja-se a BRADLEY, K. Resenha de AE. *American Journal of Philology*, vol. 96, n. 1, Spring 1975, pp. 96-99. Também o resenhista anônimo do *Times Literary Supplement* (25 de janeiro de 1974, pp. 79-80) observou de saída que "a necessidade de condensar, omitir e ao mesmo tempo interessar a plateia moldou o livro" e evocou adiante o efeito perverso da forma de *AE* a propósito de uma das hipóteses ali avançada: "Como técnica retórica de um palestrante, essa questão foi provavelmente eficaz. Mas ela exemplifica a afirmação, feita com frequência, de que boas palestras não resultam necessariamente em bons livros."

[16] Entre seus livros autorais anteriores e 1973, a única exceção nessa matéria foi FINLEY, M. I. *Studies in Land and Credit in Ancient Athens. The Horos Inscriptions*. Nova Jérsei: News Bruswick, 1985 (orig. 1952).

> raramente chamam a atenção de leitores de primeira viagem em meio à suavidade geral do texto.[17]

A escrita sinuosa – “não-convencional”, “enigmática”, “desconcertante” – é marcada por frequentes excursos polêmicos e por historietas evocativas ou comprobatórias de algum argumento (seja ele amplo ou restrito na economia geral do texto). *AE* é iniciado com uma dessas historietas – sobre um livro de filosofia moral escrito no século XVIII – e tem parte significativa de sua argumentação lavrada em pequenas e grandes polêmicas. Ao contrário, porém, de quase todos os textos de Finley, *AE* parecia conter uma tese – uma tese principal – claramente discernível em partes distintas do livro. Tratava-se ali de aferir o “lugar dos fatores econômicos na vida e na história dos estados antigos e caracterizar a economia do mundo greco-romano”, segundo se lê na resenha favorável do *Journal of Hellenic Studies*; de fazer “uma advertência mais extensa sobre o vão que separa a oikonomia das economias modernas”, no veredicto da resenha negativa do *Journal of Roman Studies*.[18] O lastro da argumentação era a contraposição entre economias de “antigos” e “modernos”, segundo sugeria o título da tradução italiana de *AE*: *L'economia degli antichi e dei moderni*. E o próprio autor, embora avesso a prefácios ou introduções que duplicassem o argumento de seus textos, não se furtou a fazer ele mesmo uma caracterização de “caráter comercial” do livro nos seguintes termos:

> Em A Economia Antiga, o Professor Finley faz a primeira tentativa de uma formulação sistemática dos conceitos pelos quais a economia dos gregos e romanos antigos pode ser analisada e para a qual as categorias modernas – capital, trabalho, investimento, mercado, crédito – não podem ser automaticamente empregadas.[19]

A formulação de conceitos de análise da economia de gregos e romanos era apresentada como algo a que “não se chamaria ‘história econômica’” (*AE*, 9). *AE* era um livro também para consumo de historiadores econômicos de História Antiga, destinado a refletir sobre um tema – estrutura, caráter e operação da “economia antiga” – que àquela altura lhes

---

[17] MORRIS, Ian. “Foreword”. In: FINLEY, M. I. *The Ancient Economy*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1999, pp. ix-xxxvi (citação p. ix). O texto citado por Morris na passagem é SHAW, B. e SALLER, R. “Editor's Introduction”. In: FINLEY, M. I. *Economy and Society in Ancient Greece*. Londres: Chatto & Windus, 1981.

[18] MOSSÉ, Claude. Resenha de AE. *Journal of Hellenic Studies*, Vol. 94, 1974, pp. 222-224 (p. 222 para a citação); e FREDERIKSEN, Martin. “Theory, evidence and the ancient economy”. *Journal of Roman Studies*, vol. 65 (1975), pp. 164-171 (p. 164 para a citação).

[19] O mesmo trecho se encontra na contracapa da edição original de *AE*. Pude atestar que se tratava de palavras do autor na carta por ele enviada em fevereiro de 1975 à editora Minuit, responsável pela tradução francesa do livro. Ela se encontra preservada nos Finley Papers (*FP*), arquivo do historiador sob guarda do Manuscript Room da Universidade de Cambridge. *FP*, Caixa 12, pasta E17.

era caro. A pretensão de constituir-se em matriz de proposições gerais, contudo, conferia-lhe um verniz sociológico incomum para os padrões de ordenamento cronológico e/ou monográfico do assunto que haviam tradicionalmente prevalecido entre classicistas. Não obstante serem mudança e variação "preocupações constantes", e apesar de existirem "muitas indicações cronológicas" no livro (*AE*, 9), não se encontraria ali uma caracterização passo a passo da economia em cada uma das "idades" da Grécia, ou uma narrativa que se estendesse das comunidades primitivas romanas até o colapso do Império – estilo ao qual, segundo Finley, a natureza lacunar das fontes antigas se prestava muito mal.[20]

A recusa do rótulo de "história econômica" – que mais de uma vez se atribuiu exclusivamente ao epíteto "econômica"[21] – traduzia, assim, uma tomada de posição epistemológica. Havia aí uma demarcação de diferenças em relação cânone. Tome-se por contraponto a Finley e a *AE* o autor mais celebrado até então dos estudos econômicos sobre a Antiguidade Clássica, Michail Rostovtzeff: ele compusera uma "história econômico-social do Império Romano" que se estendia das guerras civis na Itália nos séculos II e I a.C. à queda de Roma.[22] Estava em jogo também, no caso de *AE*, uma mudança de postura por parte do próprio autor, que até o início dos anos 1950 alimentara a esperança de produzir estudos em série sobre práticas de negócios nas cidades gregas, como se ainda despreocupado com os problemas de documentação que tal empreitada implicasse.[23] A nova orientação de Finley foi esboçada pouco após sua chegada à Inglaterra – em um momento em que sua incorporação ao universo acadêmico daquele país era ainda incompleta, quiçá precária: "(...) definitivamente", diria ele em 1956 (um ano após seu estabelecimento em Cambridge) em carta a um antigo colega da Universidade de Columbia, "estou escrevendo uma Economia Antiga (escolha estranha de palavras proposital, para evitar História Econômica)".[24] "O título deste volume é

---

[20] FINLEY, M. I. *Ancient History. Evidence and Models*. Londres: Chatto & Windus, 1985 (esp. Pp. 104-108).

[21] Por exemplo, numa das mais conhecidas apreciações de *AE*, entendeu-se a afirmação de Finley de que "este [*AE*] não é um livro daquilo a que se chamaria história econômica" (*AE*, 9) como uma alusão ao fato de o autor "não descrever 'a economia' da maneira usual" (FREDERIKSEN, Martin, art. cit., p. 164). Algo semelhante se observa HORNBLOWER, Simon. "Ancient Light". *Spectator*, 3 de novembro de 1974, pp. 581-82.

[22] ROSTOVTZEFF, Michail. *The Social and Economic History of Roman Empire*, 2 vols. Oxford: Clarendon Press, 1957 (1926).

[23] Assim, ao apresentar em 1947 um projeto ao *Social Science Research Council* com vistas à obtenção de uma bolsa para a conclusão do Doutorado, Finley descreveu suas ambições como pesquisador para os anos seguintes: "Em matéria de pesquisa, eu proponho estender minhas investigações das práticas econômicas antigas [até então centradas no período clássico da história grega] aos mundos helenístico e romano. Espero que ao fim esses estudos culminem em uma história econômica da Antiguidade." Citado por SHAW, Brent. "The Early Development of M. I. Finley's Thought: the Heichelheim Dossier". *Athenaeum*, Fasc. 1, 1993, p. 198.

[24] Carta a Palmer Bovie em 25 de março de 1956, em *FP*, Cx. 1, pasta A10. Procurei detalhar a inserção de Finley no *establishment* acadêmico inglês em PALMEIRA, M. S. Dos efeitos de um exílio: Moses Finley na Inglaterra. *Revista de História* (USP), n. 176, 2017, pp. 1-31.

preciso", advertiu Finley dezessete anos depois, na primeira frase do prefácio de *AE*, para em seguida dedicar o primeiro capítulo a justificá-lo.

"ECONOMIA ANTIGA": UM BINÔMIO E SUAS IMPLICAÇÕES

AE se inicia assim pela identificação de duas grandes tradições de entendimento da categoria "econômico". A mais antiga delas remontava a mais de 2000 anos, e fazia sentido tanto em uma obra como *Oikonomicus*, escrita no século IV a.C. pelo ateniense Xenofonte, quanto em *A Short Introduction to Moral Philosophy*, um guia moral do século XVIII assinado por Francis Hutcheson, professor de Filosofia da Universidade de Glasgow, de quem – conforme Finley observa para demarcar uma ruptura – Adam Smith foi aluno. Nessa acepção, "economia" fazia jus à origem grega do termo, que congrega o vocábulo *oikos* (unidade doméstica, compreendendo espaço físico da casa, família e bens) e a raiz semântica *nem-* (regulamentar, organizar, administrar). Eventualmente, *oikonomia* foi utilizada para expressar a administração de rendimentos públicos, como nos parágrafos de abertura do segundo livro do pseudo-aristotélico *Oikonomikos*, mas esse, segundo Finley, é um exemplo isolado entre todos os escritos antigos que nos são conhecidos. O outro sentido de "econômico" datava da segunda metade do século XVIII. A partir de escritos sobre comércio, dinheiro, renda nacional e política econômica, a "economia política" adquiriu o sentido de "ciência da riqueza das nações" (*AE*, 21). Sua versão mais curta – "economia", simplesmente – foi, diz-se em *AE*, uma inovação do século XIX, não consagrada antes da publicação do primeiro volume de *Principles of Economics* de Alfred Marshall em 1890.

Gregos e romanos nunca chegaram a articular em uma unidade conceitual as atividades econômicas em que estavam envolvidos. Finley havia tateado essa questão em artigos que publicou nos anos 1960 sobre comércio e sobre a relação entre inovação tecnológica e progresso econômico[25]; e a havia enfrentado em um texto sobre Aristóteles que fizera circular no final daquela mesma década.[26] Aqui, ante uma certa perplexidade de classicistas e economistas quanto à precariedade da reflexão aristotélica sobre temas econômicos, estabelecera uma distinção entre análise econômica propriamente dita e observação e descrição das atividades econômicas. Sua sugestão era que a *análise* da

[25] FINLEY, M. I. "Classical Greece". *Second International Conference of Economic History*, vol. I. Paris: Mouton/La Haye, 1965, pp. 11-35, e id., "Technical Innovation and Economic Progress in Ancient World". *Economic History Review*, 2nd ser., XVIII, 1965, pp. 29-45.

[26] "Aristotle and economic analysis", *Past and Present*, 40, 1970, pp. 3-25. Esse texto foi apresentado por Finley em um grupo de discussão em Oxford no final da década de 1960 e publicado originalmente na Alemanha em 1969.

economia constituía um apanágio das sociedades industriais. Em contraste, "na *Ética a Nicômaco*, em vez de uma análise econômica pobre ou insuficiente, é mais correto dizer que não há qualquer análise econômica", assim como dela "não há sinal" na *Política*.[27] Em *AE*, Finley estenderia a constatação a outros autores antigos e disso extrairia implicações mais amplas: não se tratava de um lapso intelectual, de "um problema da história das ideias no sentido estrito", mas de uma "consequência da estrutura da sociedade antiga" (*AE*, 21). Assim, "como hipótese de trabalho", ele sugeria em 1973 que jamais ocorreu o desenvolvimento de uma ciência econômica na Antiguidade porque a sociedade antiga não teve um sistema econômico que constituísse "um enorme conglomerado de mercados interdependentes" (*AE*, 22); e que a ausência de um pensamento genuinamente econômico entre os antigos indicava um comportamento *institucional* específico. Diante disso, era "uma questão de método fundamental" (*AE*, 23) "procurar diferentes conceitos e diferentes modelos, apropriados à economia antiga, e não (ou não necessariamente) à nossa" (*AE*, 27).

Das formas de entendimento de economia, o autor passa a considerações sobre o significado do emprego do termo "antigo" (*AE*, 27-34). Finley propõe ali que, a despeito de certa arbitrariedade de periodização, a civilização da Europa possui uma história única, passível de estudo enquanto matéria distinta; que o conhecimento do perfil dessa história fornece um senso de diferenças qualitativas entre seus períodos; e que a história e a pré-história devem permanecer matérias de investigação distintas. À manutenção do rótulo "antigo" para qualificar exclusivamente o mundo greco-romano não se atribuía outra justificativa que não a "tradição" e a "conveniência" (*AE*, 28).

Por fim, o autor faz convergirem suas concepções de "economia" e de "antigo" para justificar o título do livro. *AE* aborda, *grosso modo*, o período compreendido entre 1000 a.C. (data simbólica do início da "Idade das Trevas" grega) e 500 d.C. Admitindo que o mundo greco-romano conheceu grande variação no tocante a estrutura social, posse da terra e sistema de trabalho, tendo assim se constituído não por *uma* longa história, mas por uma ampla gama de diferentes histórias, Finley descarta a ideia de um mundo economicamente unificado como base para a nomeação de uma "economia antiga".[28] Cunhar tal termo em *AE* justifica-se pelo "fato" de que "em seus séculos finais o mundo antigo constituiu uma unidade política singular" e uma comum "estrutura cultural-psicológica". (*AE*, 34)

---

[27] FINLEY, M. I. "Aristotle and economic analysis", art. cit., pp. 15, 18.
[28] Nisto Finley se opunha a Rostovtzeff, op. cit.:, p. 69: "A Itália como um todo, com suas numerosas cidades, era um mercado gigantesco e rico para o resto do mundo civilizado [no início do século I d.C.]".

O binômio "economia antiga" teria sobrevida acadêmica nos anos seguintes. Ambos os termos constituíram unidades conceituais amplamente debatidas. Entre classicistas, a tomada das histórias de Grécia e Roma em conjunto suscitou inicialmente mais discussão do que em outros círculos. Assim, um romanista próximo a Finley escreveria a propósito de *AE* que, dadas as diferenças de escala das economias e de sistemas políticos, "a separação convencional entre Atenas Clássica e Império Romano parece oferecer mais" do que sua reunião sob o rótulo "antiga".[29] A mesma linha de ataque seria seguida por uma das muitas orientações que proliferaram nos estudos sobre "economia antiga" na década de 1970: os arqueólogos italianos do Istituto Gramsci fizeram da cisão entre as histórias econômicas de Grécia e Roma um dos elementos de diferenciação sua em relação a Finley e aos pesquisadores a ele ligados em Cambridge.[30]

Tomados ou não em conjunto, "Grécia", "Roma" e seus correlatos – "Itália", "Atenas", "Império", etc. – tiveram a princípio assegurada sua existência como recortes legítimos de pesquisa, como realidades históricas pertinentes para o historiador da "economia antiga". Aqueles que empregavam tais categorias não tinham de lutar contra a tendência, na qual hoje em dia se observa uma força significativa, a diluir as fronteiras entre "Ocidente" e "Oriente" e repensar os princípios que autorizam a adesão incondicional a histórias (econômicas ou outras) caracteristicamente "gregas" e/ou "romanas".[31] As divisões previstas e prescritas na nomeação de uma Antiguidade "greco-romana" eram de modo geral respeitadas, ainda que a contragosto. Com efeito, um romanista que em 1977 criticou Finley por "considerar a 'Antiguidade Clássica', tal como ela é definida pelos programas universitários, como um todo" não podia senão manter-se ele mesmo dentro dos limites estabelecidos pela nomeação de uma economia "romana".[32] E a despeito de críticas dessa ordem, a ideia de uma "economia *antiga*" – fundada e fundadora de fato de "programas universitários", para falar como Jean Andreau, que se ensinavam em faculdades e departamentos de Clássicos na Grã-Bretanha – produziu efeitos no modo pelo qual se organizaram a partir de 1973 as pesquisas universitárias sobre aspectos econômicos das

---

[29] "The Mediterranean as a market-place", *Times Literary Supplement*, 25 de janeiro de 1974, pp. 79-80 (citação p. 79). K. Hopkins é referido por Finley como o autor do texto anônimo em um texto inédito, "The Ancient Economy and Its Critics", Cambridge: mimeo, 1978 (7pp. datilografas).

[30] Sobre o grupo do Istituto Gramsci, ver CANFORA, L.. "Antiquisants et marxisme". *Dialogues d'histoire ancienne*, vol. 7, n. 1, 1981, pp. 429-436; e GUARINELLO, N. "A Economia Antiga e a Arqueologia Rural". *Clássica*, v. 7/8, 1995, p. 271-283.

[31] Ver, por exemplo, VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Polis Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; e, no mesmo sentido, GOODY, J. *The Theft of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

[32] ANDREAU, J. "M. I. Finley, la banque antique et l'économie moderne". *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, Serie 3, vol. 7, 3-4, 1977, pp. 1129-1152 (citação p. 1135).

sociedades greco-romanas. Finley era afinal um especialista em Grécia que alguns anos antes de *AE* passara a tomar o "mundo antigo" como referência de seus trabalhos sobre economia e que alguns anos depois de 1973 organizaria um livro sobre o regime de propriedade em Roma.[33] O "mundo" que em *AE* se tomava por objeto de estudo – a unidade "política" e "cultural-psicológica" greco-romana identificada nos séculos finais do "mundo antigo" – reclamava a incorporação de especialistas em história romana a discussões (sobre o caráter da economia clássica) que nas décadas imediatamente anteriores se haviam travado primordialmente (se bem que não exclusivamente) entre helenistas. Ao lado de "economia grega" e de "economia romana", mas frequentemente sobreposta a elas, "economia antiga" passou a valer como designação legítima da vida econômica de gregos e romanos e a delimitar a esfera de atuação dos profissionais autorizados a produzir conhecimento sobre o assunto.[34] Assim, o mesmo autor que defendera, contra *AE*, a "separação convencional" entre Atenas e Império Romano falaria poucos anos depois em uma "batalha [acadêmica] da *economia antiga*" (ênfase minha) – associada ao nome de Finley – que mobilizava e dividia classicistas no início da década de 1980.[35]

Concomitantemente à incorporação de romanistas às discussões dos helenistas, operava-se uma exclusão: o Oriente Próximo, com sua economia centrada em complexos palacianos, não era parte da "economia antiga", e com ele descartavam-se as discussões então em curso em círculos marxistas sobre a existência de um "modo de produção asiático" (a "única discussão teórica séria" sobre os problemas de caracterização econômica que ocupavam Finley [*AE*, 182]). Não se tratava neste ponto de uma proscrição dos marxistas das discussões, mas da afirmação da uma especificidade histórica greco-romana clássica (um mundo em que a propriedade da terra, o comércio e a produção da manufaturas estavam sob controle privado). Dessa afirmação tomavam parte *scholars* externos aos Estudos Clássicos que à época se devotavam ao estudo da "economia antiga" como parte de seus esforços de interpretação das sociedades "pré-capitalistas". Perry Anderson fornece um exemplo significativo: escrevendo logo em seguida à publicação de AE, toma o "mundo antigo" como unidade de análise e traduz o que diz Finley a esse respeito em termos de um "modo de

[33] FINLEY, M. I. (org.). *Studies in Roman Property*, Cambridge, 1976; id. "Technical Innovation", art. cit.
[34] Notem-se o título de Garnsey, Hopkins e Whittaker, op. cit. "comércio na *economia antiga*"; o dossiê "*economia antiga*" publicado nos *Annales* (n. 5) 1995; a coletânea de textos publicadas por Schneider e Von Reden em 2002 sob o título "*economia antiga*"; e o livro organizado por Morris e Manning, *Ancient Economy. Evidence and Models*.
[35] HOPKINS, K., op. cit., p. ix.

produção esclavagista".[36] Há divergência de interpretações quanto a tal "mundo", mas não quanto à sua existência histórica circunscrita.

As condições favoráveis à unificação de gregos e romanos nas discussões sobre economia precediam e ultrapassavam o espaço de atuação de Finley e de todos aqueles que aderiram ou combateram a noção de "economia *antiga*". As discussões de história econômica antiga que os classicistas reivindicavam como origem de suas querelas nesse campo não haviam historicamente se confinado aos mundos grego e romano, menos ainda se definido como respeitante a *um* mundo greco-romano. A definição de uma unidade cultural e psicológica "antiga" ensejava uma nova demarcação de um campo comum de disputas, o espaço argumentativo no qual se processariam discordâncias diversas, fundadas no comum aceite do que se passa por grego e romano como "tradição" histórica e historiográfica. Sem que a imagem veiculada em *AE* de uma economia próximo-oriental radicalmente distinta da economia clássica fosse submetida a um questionamento sistemático à época da publicação do livro, a ideia de "antigo" se assenta e repousa ao longo da argumentação. Ela deixa aos poucos de ser uma definição assumidamente problemática e passa a funcionar como pressuposto. O adjetivo "antiga" é justificado no capítulo inaugural, fracionado ao longo da análise (economia "grega", "romana", "ateniense", "italiana", 'imperial" etc.) e nada mais, como se houvesse certeza por parte do autor quanto à cumplicidade de seus leitores em relação às propriedades conotativas dessas expressões (o que não significa, como já assinalado, ausência de críticas à conveniência delas em partes específicas da análise).

Se o sentido de "antigo" se assenta, dá-se o oposto em relação a "economia". Aos significados investidos nessa noção e em suas derivações ("investimento", "eficiência", "racionalidade", "mercado" etc.) o autor retorna constantemente, apontando a relevância da crítica dessas categorias quer para as teses propostas, quer para os procedimentos adotados para avançá-las. Antes, porém, de mostrar como as concepções de economia e sua crítica operam no texto, convém anotar o tipo de discussão teórica a que *AE* esteve referido nesse particular.

No início da década de 1950, Finley integrou na Universidade de Columbia um grupo interdisciplinar de estudos sobre "aspectos econômicos do crescimento institucional". Capitaneados por Karl Polanyi (1886-1964), pesquisadores originários da Antropologia, da História, da Sociologia e da Economia procuravam alternativas ao uso da terminologia da Ciência Econômica como ferramenta de análise para sistemas econômicos não-industriais. A

[36] ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1980.

partir de trabalhos que Polanyi escrevera na década de 1940, e valendo-se amplamente do material etnográfico colhido por antropólogos junto a sociedades "primitivas", procuravam demonstrar que a concepção da economia como sede de fenômenos tais que a parcimônia, a obtenção de excedentes pelo mercado, a formação dos preços etc. provinha do Ocidente do século XVIII e era adequada no caso de disposições institucionais de um sistema de mercado. Nesse caso, historicamente situado, tais disposições satisfaziam *grosso modo* às hipóteses fixadas pelos postulados da Economia. A associação entre economia formal e economia humana era, contudo, contingente, e durante a maior parte da história humana não se verificava nenhuma relação necessária entre a ação de economizar meios e as economias no domínio da empiria. Era preciso, portanto, desfazer-se da concepção enraizada da economia como um campo de experiências do qual os seres humanos fossem via de regra conscientes, pois até o advento do sistema de mercado os fatos econômicos haviam estado imersos em situações de natureza não necessariamente econômica. No lugar do entendimento de toda economia como um mecanismo potencial de oferta e demanda de preços, Polanyi propunha uma análise da economia como *processo social*. Da significação do termo "econômico" como "economia dos meios", passar-se-ia então à de "economia substantiva", "processo institucionalizado de interação entre o homem e seu ambiente que se traduz pela provisão contínua dos meios materiais permitindo a satisfação das necessidades". A localização desse processo e o exame de sua ação apenas se realizariam deslocando-se a acentuação analítica de um tipo de ação racional para a configuração dos movimentos de bens e de pessoas que constituem a realidade da economia. [37]

Essa experiência mostrar-se-ia crucial para a formação de Finley.[38] A aproximação com Polanyi e os sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas envolvidos no projeto deu-lhe acesso a um vasto material comparativo sobre sistemas econômicos, passível de atestar a particularidade histórica de sociedades que tinham no mercado sua instituição econômica central. A associação com aqueles pesquisadores permitiu-lhe ainda familiarizar-se com uma formulação teoricizada de disposições intelectuais que ele próprio já cultivara nos primeiros anos de carreira, quando empreendera mais de uma tentativa de caracterizar a

[37] Cf. POLANYI, K.. "The Economy as an Instituted Process". In: *Primitive, Archaic, and Modern Economies*. Boston: Beacon Press, 1971 (col. organizada por G. Dalton), pp. 139-148; e POLANYI, Karl; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. "The Place of Economies in Societies", *ibidem*, pp. 116-120 (ambos os textos foram originalmente publicados em 1957, na coletânea que apresentou os resultados da pesquisa do grupo de Columbia).

[38] Esse fato já foi observado e explorado por praticamente todos os autores que discutiram as influências intelectuais de Finley. Ver um primeiro tratamento detido do assunto em De SANCTIS, M. "Moses I. Finley. Note per una biografia intellettuale". *Quaderni di Storia*, n. 10, 1979, pp. 3-37.

diferença de "natureza" da economia grega antiga em relação à moderna.[39] A rigor, Polanyi não era o primeiro a situar a autonomização da esfera econômica num passado relativamente recente, como de resto sugere sua referência a predecessores no âmbito da crítica à ideia do Homem como um átomo utilitário.[40] No grupo de Polanyi, todavia, encontravam-se uma metáfora conceitual específica para tratar o problema (a "imersão" [*embeddedness*] da economia nas estruturas sociais antes do século XVIII e sua posterior "emersão" [*disembeddedness*]), esforços sistemáticos de extrair disso consequências metodológicas precisas (observar as economias tal como elas se apresentam empiricamente, e não segundo conceitos formalizados em função de economias modernas) e um modo alternativo de classificar os sistemas econômicos ao longo da história (segundo uma tipologia de "formas de integração" recíprocas, redistributivas e de mercado).[41]

Finley manteve com Polanyi e com a tradição de reflexão sobre economia que Polanyi encarnava uma espécie de diálogo permanente. Em *AE* e em outros textos de história econômica, o acordo quanto ao princípio de "imersão" da economia e a procura por restituir às atividades econômicas greco-romanas suas origens e seus sentidos "reais" ou "substantivos" (por oposição a padrões de comportamento econômico "modernos" e "formais" aos quais mostrava-se afeita, conscientemente ou não, a maioria dos historiadores da Antiguidade Clássica) desdobram-se em construções argumentativas intelectual e socialmente eficazes para o estudo da "economia antiga", ou seja, plenas de consequências para a definição do modo legítimo de produção intelectual nesse campo de investigação.

Vejamos como isso se mostra na construção das análises empíricas pelo autor. Estabelecidas as premissas de *AE*, veem-se realizar no segundo capítulo os primeiros movimentos analíticos de afastamento de noções econômicas modernas. Finley elabora "Ordens e Status" baseado, sobretudo, em leituras de *De Oficiis*, de Cícero, e em *Satiricon*, de Petrônio, fontes produzidas, respectivamente, nos séculos I a.C. e I d.C. Inicia com a constatação do julgamento positivo da riqueza entre os antigos – em sua "ideologia predominante", sempre privilegiada pela análise em detrimento das "exceções". Indaga-se, em seguida, com base em passagem de *De Oficiis*, qual a "visão mais ou menos aceita" sobre as qualidades dignas ou ignóbeis das profissões, "o quão livre era um grego ou um romano para

[39] Cf. FINKELSTEIN, M. I. "Emporos, Naukleros and Kapelos: a prolegomena to the study of Athenian trade". *Classical Philology*, vol. 30, 1935, pp. 320-336. Trata-se do segundo artigo acadêmico escrito por Finley, assinado ainda com o sobrenome de nascença (trocado por "Finley" em 1946).
[40] Cf. POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry, op. cit., p. 116.
[41] Com o conceito de "formas de integração", Polanyi tenta caracterizar não propriamente economias inteiras, mas o modo pelo qual os sistemas econômicos adquirem estabilidade e unidade, atentando para os princípios que tornam interdependentes as partes do processo de produção e circulação de bens.

escolher entre possíveis ‘empregos’, quer de seus bens quer de suas energias” e “quanta importância estava ligada àquilo a que chamaríamos fatores econômicos na escolha” (*AE*, 43). Lança, portanto, questões que lhe permitam caracterizar um modelo dominante de comportamento econômico inscrito na “estrutura cultural psicológica” e “unidade política singular” posta sob investigação em *AE*.

Com alusões a Cícero e a outros textos (literários e legais) da época, Finley observa que se vinculava um sentido depreciativo a atividades como importação de alimentos, metais, escravos e bens de luxo; construção de casas, templos e estradas; e fabricação de produtos manufaturados. Tais atividades estavam em larga medida concentradas nas mãos de homens de baixo status porque a elite cidadã não estava apta, em número suficiente, a conduzir estes ramos da economia, sem os quais nem a própria elite nem suas comunidades poderiam viver de acordo com o padrão a que estavam acostumados; e mesmo de posse dos recursos e do poder político, que teoricamente a habilitava ao comando de pessoal, faltava à elite o desejo para tanto. Em outras palavras, essa elite, como grupo discernível em função de seus padrões de gastos e consumo conspícuos, tinha a pesar sobre si uma espécie a interdição de contrariar certos valores que lhe eram caros. Um modelo de escolhas econômicas ou um modelo de investimentos para a Antiguidade devia-se em grande medida, portanto, a fatores de “status”.

O movimento de análise cumprido em “Ordens e Status” passava então por identificar os móveis não-econômicos das ações e dos processos econômicos. Essa estratégia argumentativa marca não só esse capítulo, mas todo o livro. Se, como queria Polanyi, no caso historicamente situado da “nossa” sociedade os postulados da ciência econômica se adequam ao modo como se obtém a satisfação das necessidades materiais, será preciso buscar noutra parte os vetores da satisfação dessas necessidades em sociedades cujas economias não se definem pelo mercado. Disso derivará o principal sustentáculo da construção de *AE*, não codificado pelo autor – nem no livro, nem em parte alguma – como uma “metodologia” em sentido estrito. Trata-se da contraposição entre antigos, modernos e suas respectivas economias, conforme notado por inúmeros comentadores (*ver acima o quadro com excertos das resenhas da primeira edição*).

Há muitas passagens em *AE* em que a “economia antiga” é caracterizada como reverso da “economia moderna”. Esse esquema de oposição entre antigo e moderno é particularmente forte no último capítulo do livro (“O Estado e a Economia”), quando o autor desenvolve o argumento negativo de que os estados antigos não tinham uma política econômica no sentido estrito que praticam atualmente os estados modernos, embora implementassem políticas geradoras de *consequências* econômicas. Todas as ideias importantes do capítulo passam por

esse espelhamento: não havia competição por mercados entre romanos e não-romanos, logo não existiram "guerras comerciais ou inspiradas pelo comércio na história romana ou em qualquer momento da antiguidade" (*AE*, 158); impostos não eram utilizados como alavancas econômicas, nem reexaminados quando representavam "estorvos óbvios à economia" (*AE*, 164); não havia a ideia de proteger a produção doméstica, de encorajar as importações essenciais ou de prestar atenção à balança comercial (*AE*, 164); as escolhas dos estados não eram feitas em função de fontes alternativas de rendimento, mas com base em "tradição, convenção e consideração da psicologia social" (*AE*, 165); os estados antigos não tinham orçamentos no sentido moderno do termo, e as respostas a problemas "econômicos" (como a falta de alimentos) eram expedientes temporários (como envio de parte da população para fora da cidade ou a cobrança de tributos de guerra), não soluções sistemáticas (*AE*, 174-5). Ou ainda, no capítulo mais longo de *AE* ("Amos e Escravos"), a explicação do declínio da escravidão-mercadoria como forma de trabalho dominante na história clássica passa pelo apontamento das limitações das noções econômicas modernas: "[c]rescimento econômico, progresso técnico, eficiência crescente não são virtudes 'naturais'; não foram sempre possibilidades e nem sequer aspirações, ao menos não para aqueles que controlavam os meios pelos quais se poderia tentar atingi-las (*AE*, 84).[42]

A economia é o mote para que se insista em um corte profundo entre "antigos" e "modernos", entre "eles" e "nós", a evocar uma oposição estruturante da ideia de Antiguidade Clássica na Época Moderna e, já no século XIX, do desenvolvimento da economia como ciência.[43] O texto é assim atravessado por idas e vindas no tempo, com referências "modernas" (por exemplo, a Lewis Carrol, Bernard Shaw, Molière etc.) confrontadas a dados e personagens antigos, de maneira a produzir o "efeito retórico de enfatizar a diferença a cada oportunidade".[44]

Essa oposição é, contudo, matizada ao longo do texto de *AE* e de outros trabalhos de Finley. Ao se referir aos antigos que cultivavam suas terras para além do propósito de subsistência, por exemplo, o autor assinala que eles não comungavam um juízo de valor "arcaizante" na gestão dos recursos: as recomendações de Catão contra o desperdício que comprometesse a aquisição de escoras e forragens para o cultivo do solo "têm que ser explicadas dentro de uma estrutura de procura e produção de lucros" (*AE*, 109). Não se trata de um trecho isolado. Como notou Richard Saller, Finley, ao longo de *AE*, não deixa de

[42] Cf. também FINLEY, M. I. "Technical Innovation…", art. cit., p. 31.
[43] Algo notado por MORLEY, N.. "Political Economy and Classical Antiquity", art. cit.
[44] MORLEY, N. "Narrative Economy". In: BANG, Peter; IKEGUCHI, Mamoru; ZICHE, Hartmut (orgs.). *Ancient Economies, Modern Methodologies*. Bari: Edipuglia, 2006, pp. 27-47.

reconhecer a existência de "mercados", embora negue veementemente sua *integração*; não diz que o progresso tecnológico fosse inexistente, embora o considere lento; não refuta a ideia de que houvesse um comércio intenso de produtos específicos, ainda que enfatize os fatores limitantes de sua expansão.[45]

Tome-se ainda como expressivo dessa visão nuançada um texto sobre o uso da Antropologia por classicistas escrito poucos meses depois das Sather Lectures. Finley aí caracterizou a presença do mercado como um traço decisivo na diferenciação de sociedades complexas, como as de Grécia e Roma, em relação às populações estudadas pelos antropólogos:

> [Uma das fontes intelectuais da insistência de Karl Polanyi] em sustentar que o modelo de mercado de comércio não é universal foi o trabalho do antropólogo alemão Richard Thurmwald, que formulou um esquema de tipos de troca a que designou "reciprocidade", "redistribuição" e "mercado de intercâmbio (ou intercâmbio comercial)". Polanyi procurou converter tais conceitos em sistemas de "integração", e, embora devamos admitir o malogro desse esforço, suas descobertas continuam indispensáveis no estudo do comércio clássico, até mesmo do comércio em todas as sociedades pré-industriais. A implicação irresistível era que o estudioso do comércio clássico deveria aprofundar-se nos trabalhos disponíveis sobre o comércio primitivo, como o próprio Polanyi fez. Eu, pelo menos, não pude resistir, até constatar que todos esses estudos – embora sofisticados e cada vez mais numerosos – geravam mais confusão do que esclarecimento para meus propósitos. Camponeses e mercados camponeses, comércio administrado (uma expressão técnica usada por Polanyi), portos de comércio (outra expressão de Polanyi), "preços" convencionais, escambo são encontrados nos dois mundos. Mas a introdução trocas de mercado (comercial) genuínas – numa escala considerável e ao longo de enormes distâncias – no mundo greco-romano teve um efeito de realimentação tanto sobre os mercados camponeses tanto sobre os demais que praticamente inutilizou os modelos primitivos.[46]

Por que não são essas as opiniões do autor que sobressaem nas apreciações mais comuns de *AE*? Em parte, isso se deve à estrutura mesma da "controvérsia" que o livro evoca, sobre a qual discorri no primeiro capítulo. De fato, uma das condições da existência de um "debate duradouro" sobre a economia antiga é a assimilação ritual de todas as posições aí desenvolvidas a um dos polos "originais" do debate, não importando as sucessivas afirmações

[45] SALLER, Richard. "Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy". In: SCHEIDEL, Walter; VON REDEN, Sitta (orgs.). *The Ancient Economy*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2002, pp. 251-269 (cf. p. 253 para a citação).

[46] Reproduzo, com modificações, a tradução do trecho por Marylene Pinto Michael na edição brasileira de FINLEY, M. I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 123-124. O texto em questão originou-se de uma conferência proferida em Cambridge em maio de 1972 (cf. ainda uma passagem semelhante na segunda nota assinalada em *AE*, 179).

programáticas de superação conceitual dessa dicotomia. O sentido conferido ao trabalho de Finley – e de todos os que debatem a economia antiga – passa pelo estabelecimento de sua filiação aos debatedores ancestrais, bem como pela atribuição de força performativa a partes específicas dos textos – precisamente aquelas passíveis de traduzirem a adesão a um dos polos da discussão. Finley, com sua história econômica que se apresenta como história social da economia, é, portanto, classificado como "primitivista", e essa operação classificatória pressupõe que se dê relevo às passagens de contraste cortante entre antigos e modernos.

Uma segunda razão (decorrente em alguma medida da primeira) para o eclipse das posturas nuançadas reside na maneira como o autor administra os passos de sua argumentação. A contraposição entre economia antiga e moderna se enuncia em tomadas de posição expressamente enquadradas como polêmicas, em que se encena uma desqualificação das opiniões adversárias que dificilmente passa despercebida ao leitor.[47] A retórica do confronto evidencia a dimensão negativa do argumento, em detrimento dos matizes, na definição social da obra, da qual o autor participou ativamente desde a publicação original em 1973.:

> Hopkins - ...eu penso que o que você dizia [em *AE*] era que a economia antiga é essencialmente diferente da moderna. É este o principal argumento?
> Finley: Isso mesmo. Claro que era [essencialmente diferente]. E eu ainda acredito nisso.[48]

COMPARAR, MODELIZAR E COMPREENDER

Finley conjuga três procedimentos de método que dão lastro a AE: o comparatismo, construção de modelos e a compreensão empática.

O confronto sistemático com autores tidos por "modernizantes", conforme se viu, sugere a especificidade da economia antiga e do livro que a examina. Mas a evocação bibliográfica presta-se também ao estabelecimento de "alianças" com um vasto leque de interlocutores que se abre em AE. Capítulo a capítulo, convocam-se aliados de fora dos Estudos Clássicos para estabelecer analogias e contrastes do "mundo antigo" com outros "mundos".

Assim, Finley escreve sobre escravos na Antiguidade recorrendo em passagens diversas a analogias com a escravidão nas Américas. Vale-se de exemplos da escravidão

[47] Ver PALMEIRA, op. cit., cap. 2.
[48] FINLEY, Moses. "Keith Hopkins interviews Sir Moses Finley: October 1985 transcript". *American Journal of Philology*, v. 135, 2014, p. 192.

moderna para contradizer o argumento de que o trabalho escravo não era lucrativo (tal argumento "provocaria espanto aos fazendeiros do Brasil e do Mississipi, cujo retorno de investimento era facilmente comparável aos lucros das regiões não-escravistas do Novo Mundo" [*AE*, 83]); para sustentar que a população escrava podia se reproduzir sem abastecimento externo de novos escravos ("Que a população escrava nunca pode se reproduzir é uma ficção, mas que custa a ceder, apesar da prova simples do sul dos EUA etc. (...) [*AE*, 86]"); para propor a tese de que o caráter escravista de uma sociedade se mede não pelo número de escravos, mas por sua localização na estrutura econômico-social ("Nos estados escravocratas americanos em 1860, a população escrava era um pouco menor do que 1/3 do total (...) Ninguém negará que eram sociedades escravistas" [*AE*, 71]).

Por sua vez, sociólogos e economistas especializados no estudo do mundo rural são interlocutores preferenciais no capítulo sobre "senhores e camponeses". É com estudiosos desse domínio que Finley define o camponês como "tipo social" que tem sua segurança e subsistência baseadas na posse de "certos direitos sobre a terra e o trabalho dos membros da família na terra" e que está "envolvido, através de direitos e obrigações, em um sistema econômico mais amplo que inclui a participação de não-camponeses";[49] com eles Finley procura estimar, por comparação, o tamanho das propriedades camponesas ("Na Alemanha dos anos 1950, [...] as fazendas menores de 25 acres estavam quase exclusivamente sob posse dos mais velhos, das viúvas de guerra ou dos camponeses-trabalhadores" [*AE*, 106]); e por eles evoca a psicologia envolvida no cultivo da terra ("Mesmo hoje [...] existem importantes estratos sociais que sabidamente aceitam uma baixa taxa de retorno de investimento no cultivo porque há 'outras além do retorno monetário direto [...]'"[50]).

Finley cultivava assim um auditório de não-especialistas e contribuía para moldar as condições nas quais se desejava fazer ouvir. A tendência a falar para fora da profissão de classicista era observável em outras publicações suas. Entre 1952, ano de lançamento de seu primeiro livro, e 1972, publicou cerca de 40 títulos – descontando-se as dezenas de resenhas para periódicos especializados ou jornais de grande circulação, as reedições de *The World of Odysseus* e *The Ancient Greeks*, além das primeiras traduções de seus livros. Dos 27 textos que escreveu nesse período sob forma de artigos, capítulos de livros e textos de conferências

---

[49] *AE*, 105, citando J. S. Saul e R. Woods em T. Shanin (org.), *Peasants*, p. 105.
[50] *AE*, 122, com citação de C. Clark e M. Haswell, *The Economics of Subsistence Agriculture*, Londres, 1970, p. 164.

em atas de congresso, mais da metade (16) apareceu em publicações não-especializadas em História Antiga.[51]

Mesmo num plano discursivo, as circunstâncias favoráveis à constituição desse auditório solidário (por relações de afinidade ou de oposição) estavam dadas além dos textos aqui mencionados; e tais circunstâncias ajudam a discernir o significado das tomadas de posição metodológica por parte de Finley. Quando se publicaram os trabalhos desse historiador sobre matérias "econômicas" nas décadas de 1960 e início da de 1970, a história econômica estava no auge de seu prestígio: ditava as regras da profissão histórica e tinha condições de institucionalizar suas descobertas. Tratava-se, fundamentalmente, de uma história quantificada, quer fosse em sua vertente "serial" dos historiadores-economistas franceses (E. Labrousse, J. Meuvret, etc.) ou em sua modalidade "econométrica" dos economistas-historiadores norte-americanos (R. Fogel, S. Engerman, etc.).[52] A visibilidade da história preocupada em reconstituir curvas de preços, como a história quantitativa francesa, ou fundada em modelos hipotético-dedutivos importados da teoria econômica, como a *New Economic History*, favorecia a propensão de alguns estudiosos do mundo antigo, contemporâneos a Finley, a produzir estatísticas sobre Grécia e Roma ou, com mais frequência, queixarem-se da falta de números confiáveis para fazê-lo.[53]

Finley entendia que uma história econômica da Antiguidade que tentasse tomar por base séries estatísticas depararia com dificuldades de duas ordens. A primeira delas era de caráter técnico, pois o historiador do mundo greco-romano tinha necessariamente de lidar com a falta quase absoluta de uma base documental confiável para a elaboração de qualquer sorte de explicação quantificada (mesmo a rara situação em que um autor antigo apresenta dados numéricos em seu texto deve ser considerada *a priori* suspeita, pois é provável que se esteja diante de uma mera suposição ou de um testemunho motivado pela exceção). A segunda dificuldade era de ordem substantiva: se as estatísticas ajudam a descobrir e elucidar determinados padrões de comportamento, existem também aspectos que simplesmente não se prestam à quantificação e reclamam, consequentemente, outros métodos de se organizar os dados antigos que não os dos cliométricos ou dos serialistas.

---

[51] Os principais títulos publicados por Finley foram listados por B. Shaw e R. Saller ao final de sua edição de FINLEY, M. I. *Economy and Society in Ancient Greece*, op. cit., pp. 312-318.

[52] Cf. as avaliações de conjunto de CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*, Rio de Janeiro: Graal, 1983 (1976), pp. 29-39; e de FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. "História Econômica". In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 31-36.

[53] FINLEY, M. I. *Ancient History*, op. cit., pp. 27-31.

A aposta de Finley para a história econômica antiga era menos na importação de métodos consagrados da história econômica do que na formulação das "questões corretas". Conviria, portanto, que os pesquisadores controlassem sua ânsia de extrair provas quantitativas quando o testemunho não o permitisse de fato e que melhor avaliassem as implicações que poderiam ser efetivamente imputadas aos números. Uma vez bem-sucedidos na produção de estatísticas, deveriam cuidar para não atribuir este conhecimento aos próprios antigos como um elemento pertinente aos seus processos de escolha: a coleta e o cômputo de números, de estatísticas, registros em geral, deveriam ser entendidos como funções específicas da sociedade particular em que este tipo de atividade é administrada; tais funções mudam conforme muda a sociedade.[54]

Diante das dificuldades técnicas e substantivas de se escrever uma história econômica dos antigos baseada em números, dois procedimentos de análise articulados por Finley em *AE* são estratégicos para sua compreensão da economia antiga. De um lado, o autor reconhecia que uma aproximação da realidade social de gregos e romanos dar-se-ia não através da "evocação contínua de 'fatos' individuais", e sim mediante a construção de *modelos*, entendidos como

> estruturação simplificada da realidade que apresenta relações supostamente significativas em uma forma generalizada; (...) aproximações altamente subjetivas nas quais não estão incluídas todas as observações e medidas associadas, mas [que] enquanto tal são valiosas em obscurecer detalhes incidentais e em permitir que aspectos fundamentais da realidade apareçam (*AE*[2], 182).

O trabalho com modelos[55] impunha um regime de causalidade específico, no qual o olhar do pesquisador, não obliterado pela retórica cientificista dos cliométricos, tinha um papel assumidamente relevante. Todos os capítulos de AE decorrem da acentuação deliberada (e do consequente obscurecimento de "detalhes incidentais") de um ou outro aspecto da história, recortado em nome do interesse de conhecimento do historiador. O interesse muda capítulo a capítulo – o padrão de investimentos econômicos; o "lugar" da escravidão na estrutura social; as relações sociais engendradas pelas formas predominantes de exploração da terra; as relações econômicas entre cidade e campo etc. – e isto implica modulações

[54] FINLEY, M. I. *The Ancient Economy*, op. cit., pp. 23-26; e Idem, *Ancient History*, op. cit., p. 31.

[55] Embora o vocabulário dos "modelos" apareça nos trabalhos de Finley somente nos anos 1980, as preocupações que informaram a formulação citada (da segunda edição de *AE*) haviam sido desenvolvidas nos anos 1960, quando o autor falava na inevitabilidade de o historiador produzir "generalizações" em qualquer estudo histórico, e nos anos 1970, quando ele traduziu o imperativo das generalizações pela construção de "tipos ideais". Cf. PALMEIRA, M. S. *Moses Finley e a economia antiga*, op. cit..

interpretativas constantes. As conexões entre os fatos examinados não seguem um padrão epistemológico pré-estabelecido, à diferença de uma imputação causal que invariavelmente se eleva da "base" para a "superestrutura". É por isso que, a despeito da declaração inicial sobre o arco político e psicológico do mundo antigo, despontem aqui e ali ênfases em elementos "propriamente econômicos" da história desse mundo:

> Antes do fim do segundo século d.C., no entanto, começaram as pressões externas [ao Império Romano], às quais não se poderia resistir eternamente. O exército não podia ser aumentado além de um limite inadequado porque a terra não podia suportar mais sangria de homens; a situação na terra havia se deteriorado porque impostos e liturgias eram muito altos; os encargos eram muito grandes principalmente porque as demandas militares estavam crescendo. Um círculo vicioso de males estava em pleno funcionamento. O mundo antigo teve seu fim acelerado por sua estrutura social e política, seu sistema de valores profundamente arraigado e institucionalizado e, sustentando o conjunto, a organização e a exploração de suas forças produtivas. *Eis aí, se quiserem, uma explicação econômica do mundo antigo.*" (*AE*, 176; ênfases minhas.)

De outro lado, estando a construção de modelos de história econômico-social subordinada a um exame de fontes quase exclusivamente literárias, outro expediente analítico se impunha. Em vez de esforços inúteis de mensuração das atividades econômicas, era necessário observar os significados que os antigos investiam nessas atividades e as consequências objetivas deles para o modo de institucionalização da economia. Não se tratava mais, como um Finley admirador de Dilthey parecia acreditar nos anos 1950, de recriar, por analogia com a experiência contemporânea do historiador, os estados psicológicos dos antigos. Tomar em conta as experiências dos atores históricos passava pela identificação dos traços mais constantes das suas condutas (seus "tipos dominantes", para falar como o autor) e da marcação das descontinuidades dessas condutas em relação aos hábitos de pensamento e aos comportamentos do observador (ou seja, do historiador) moderno.

UM LIVRO AMBÍGUO

Parte da força discursiva de AE certamente advém desses artifícios de método, sejam eles racionalizados ou não pelos críticos. Há mais do que isso em jogo, no entanto, para se entender a transformação do livro em um "clássico", para recuperar uma adjetivação empregada pelos pares de Finley. A força discursiva de AE, sua capacidade de afetar outros discursos sobre a economia do "mundo antiga", está também relacionada à não-linearidade do

texto original e às elipses dos argumentos de defesa do livro nas respostas do autor às críticas recebidas.

O segundo capítulo de AE e o debate por ele gerado são boas medidas dessa ambiguidade constitutiva das concepções de Finley. O capítulo é frequentemente lido como uma abordagem da "estratificação social" no mundo antigo, em que o autor faria uma defesa da noção de "status" (em detrimento das de "classe" e "ordem"), *ou* uma defesa da noção de "status" *e* de "ordem" (sempre contra "classe"). Tal percepção funda-se em uma digressão do autor. Ao longo da análise desenvolvida nesse capítulo, Finley estabelece uma das muitas quebras da narrativa que encerram trechos aparentemente apartados da argumentação geral de *AE* (cf. pp. 48-51). Em meio à tentativa de traçar um modelo de emprego de "bens" e "energias" no mundo antigo, procura estabelecer categorias às quais possa circunscrever padrões *típicos* de comportamento econômico. Com esse propósito, testa as noções de "ordem", "classe" e "status". Volta-se para a história de Trimalquião, personagem de *Satiricon*, tido por emblemático do pertencimento de gregos e romanos a "categorias entrecruzadas": pertencia à *ordem* (isto é, ao grupo juridicamente definido) dos libertos, ocupava nas relações de produção a mesma *classe* dos senadores, mas não podia, como ex-escravo, frequentar círculos sociais elevados. Para efeito das questões que o ocupam, Finley sugere como instrumento analítico a noção de status, "uma palavra admiravelmente vaga com um considerável elemento psicológico" (*AE*, 51). Enunciada sua predileção por essa noção, retorna finalmente a suas preocupações centrais: "o que tudo isto tem a ver com a questão das restrições morais de Cícero e as realidades econômicas da sociedade antiga" (*AE*, 51).

O ato de firmar posição quanto aos princípios de divisão das sociedades em diferentes "partes" e aos nomes apropriados a essas "partes" ("classes", "status", "ordens") não foi em vão. Essas eram questões que, à época, integravam a agenda intelectual e política de alguns estudiosos do mundo antigo e de muitos sociólogos, antropólogos e historiadores especializados em história moderna e contemporânea. Por conseguinte, o ponto de partida e a conclusão de "Ordens e Status" são normalmente preteridos nas análises do texto por uma leitura atenta especificamente à digressão de Finley sobre "classe", a partir da qual alguns comentadores (em especial os marxistas) definem suas atitudes a respeito do livro e de seu autor.

Finley dera uma primeira e mais extensa formulação de "status" como instrumento de análise em seus artigos sobre escravidão, publicados nas décadas de 1950 e 1960 e retomados

no capítulo 3 de *AE*.[56] Quando escreveu esses trabalhos, os estudos sobre escravidão antiga haviam ganhado uma força até então não experimentada nos Estudos Clássicos. Assistia-se então a uma polarização, cujo epicentro era a Alemanha (já dividida entre os lados oriental e ocidental), a propósito do significado e das proporções da escravidão na Grécia e em Roma. De um lado, os historiadores marxistas da Alemanha Oriental e da União Soviética procuravam reforçar o caráter "básico" da escravidão nas formas de exploração antigas; de outro, os historiadores "ocidentais" tendiam a atenuar a importância da escravidão no mundo clássico ou, como registrou Arnaldo Momigliano, a "enfatizar os elementos humanitários e religiosos que mitigaram os males da escravidão e em última instância contribuíram para sua dissolução".[57] Os trabalhos de Finley admitiam que o mundo grego (que ainda lhe servia de referência primordial) sempre se baseara em alguma(s) formas(s) de trabalho dependente (isto é, do "trabalho realizado sob compulsão outra que não aquelas do parentesco e da comunidade"); e que, com raras exceções, sempre houvera grandes quantidades de homens livres engajados no trabalho produtivo. Em suma, conferiam à escravidão o estatuto de *um*, mas não necessariamente *o*, elemento básico das sociedades grega e romana. Para dar conta das gradações das formas de trabalho dependente na Antiguidade – expressas na vasta gama de vocábulos gregos para designar "escravos" –, Finley propunha que se pensasse a sociedade antiga *como* um "espectro de status", disposto, de acordo com a posse de certos privilégios e deveres, entre os polos conceituais da liberdade absoluta e da total falta dela, com o cidadão livre próximo a um extremo e o escravo-mercadoria (*chattel-slave*), a outro.[58] Ao valer-se em *AE* da ideia de "status", Finley retomava um instrumento de análise já mobilizado em seus trabalhos dedicados à função dos escravos na estrutura social e econômica do mundo antigo e ao processo que se seguiu aos períodos "clássicos" de Atenas e Roma de substituição da escravidão por outras formas de trabalho dependente. O capítulo sobre "Ordens e status"

---

[56] Embora a noção de "status", ao contrário de outros conceitos usados por Finley, não seja atribuída explicitamente a Weber, a associação entre os dois autores nesse aspecto é consensual entre os comentadores de Finley (veja-se MORRIS, Ian. op. cit., que se deteve sobre o assunto com uma exposição pormenorizada do conceito weberiano). A aproximação é pertinente, embora seja necessário observar que: 1) nas décadas de 1940 e 1950, o conceito de "status" havia extrapolado os textos e as interpretações de Weber, disseminado que estava seu emprego pela sociologia estadunidense de inspiração parsoniana; 2) a definição de status como "pretensão à estima social em termos de privilégios positivos e negativos" resultava, como é regra na sociologia weberiana, de uma tentativa de aproximação conceitual da realidade a partir de um conjunto de indagações previamente definido; não implicava, portanto, uma substantificação do conceito, ao contrário do que parecem sugerir as afirmações de que Finley seguia Weber em sua visão do mundo antigo como objetivamente dividido em "grupos de status" – daí que Weber tenha assinalado que status "*pode* se basear em uma posição de classe" bem como influenciá-la "sem ser completamente idêntica a ela" (WEBER, Max. *Economy and Society. An Outline of Interpetative Sociology*, vol. 1. Berkeley, University of California Press, 1978, pp. 305-306).

[57] MOMIGIANO, Arnaldo. "Moses Finley on Slavery: A Personal Note". In: FINLEY, M. I. Finley (org.). *Classical Slavery*. Londres: Frank Grass, 1987, p. 4.

[58] Cf. especialmente FINLEY, M. I. "Was Greek Civilization Based On Slave Labour?". *Historia* 8, 1959, pp. 145-164.

introduzia, é verdade, nuances em relação aos primeiros usos de conceito e ao seu engate nas interpretações de Finley sobre a escravidão: definido nos anos 1960 e mesmo no capítulo 3 de *AE* segundo as qualidades jurídicas havidas ou faltantes nos tipos sociais, "status" era pensado no capítulo 2 como uma posição atrelada à estima social (que incorporava, portanto, um "importante elemento psicológico"). Em todo caso, a insuficiência de classe como ferramenta conceitual para questões que moviam o autor estava posta desde fins dos anos 1950.[59]

Em 1973, os trabalhos de Finley sobre escravidão já eram conhecidos, não raro bem-recebidos e decerto ainda não contundentemente rejeitados pelo uso da noção de "status". A "irritação" com a "abordagem weberiana" de Finley em *AE* devia-se em parte às expectativas nutridas a partir de sua "reputação pessoal como vítima do macarthismo, esquerdista ou mesmo como uma espécie de marxista".[60] A década de 1960 fora o tempo de construção de um consenso epistemológico entre aqueles que se arvoravam em renovadores dos estudos sobre a "economia antiga". Nessa construção, estava empenhado um certo número de ortodoxias acadêmicas afins, investidas de uma recomendação do que deveria ser feito e de como deveria ser feito pelos historiadores econômicos, isto é, da prescrição de um caminho de "salvação" acadêmica em matéria de história econômica da Antiguidade Clássica. Em nome da coesão da crença em que se fundava esse consenso, os interesses dos crentes convergiam para ocultar suas diferenças internas e tornar visível aquilo que os unia (a oposição antigos/modernos e a crítica das categorias econômicas). Compreende-se assim que Finley, em seus textos sobre escravidão, não houvesse elaborado sua metáfora do "espectro de status" em oposição franca aos marxistas que com ele cerravam fileiras em nome da inovação dos estudos sobre a "economia antiga"; compreende-se igualmente que uma reação inflamada tenha sucedido à crítica em *AE* à noção de "classe", pois Finley feria o tabu da explicitação de diferenças teóricas tacitamente pactuadas como irrelevantes.

Olhemos mais de perto os aspectos textuais dessa explicitação de diferenças, de modo a sublinhar a ambiguidade constitutiva desse texto de Finley – e suas consequências para a legitimação do livro como obra de referência entre estudiosos da economia antiga.

"Ordens e status" é um caso lapidar de um modo característico de se proceder nos textos de Finley e de se perceber esses textos. Os atos discursivos eficazes são por vezes

[59] Cf. ISMARD, Paulin. "Classes, ordres, statuts: la réception française de la sociologie finleynienne et l ecas Pierre Vidal-Naquet". *Anabases*, n. 19, 2014, pp. 39-53. O autor sugere que a vinculação de status a estatutos jurídicos foi abandonada em *AE* em função da ênfase em sistemas de valores e modelos de comportamento. A noção de status como "estatuto" se mantém, todavia, operante no capítulo 3 ("Amos e escravos"). Isto reforça o que já se disse a respeito da modulação interpretativa presente em AE e o que se dirá a seguir sobre a ambiguidade constitutiva do livro.
[60] Cf. NIPPEL, Wilfred. "Finley and Weber. Some comments and theses". *Opus*, VI-VIII, 1987-1989, pp. 43-50.

performados à margem do fio argumentativo a ligar ponto de partida e conclusão, e há elementos no arquivo de Finley para se considerar que ele entreteve a ambiguidade do texto. A troca de cartas com Geoffrey de Ste. Croix, historiador de Oxford com quem Finley tinha afinidades intelectuais, políticas e, ainda naquele momento, pessoais, aponta para isso.

Ste. Croix foi um dos leitores do manuscrito de *AE*. Em julho de 1972, ele escreveu a Finley uma longa carta com suas impressões sobre o texto. De saída, anotava que, discordâncias menores à parte, "classe" era o "aspecto fundamental a respeito do qual tomamos direções muito diferentes".[61] Embora ao assunto fosse dedicado o trecho mais longo dos extensos comentários de Ste. Croix, Finley observou em sua réplica:

> Classe
> Este é o único ponto que não vou responder longamente. Se não o persuadi, não o farei por carta. Na verdade, não acho de jeito nenhum que nós 'tomamos direções muito diferentes'. Espero ansioso por suas Gray Lectures, e o fato de que eu as chamaria de "lutas sociais", "conflitos sociais" ou algo assim [*ao invés de "lutas de classe*", título das palestras de Ste. Croix] tem pouca relação com a substância. (...)
> Finalmente, um pedido urgente e não-diplomático: por favor, não discuta comigo sobre classe nas suas Gray Lectures, já que meu livro ainda não vai ter saído.[62]

O livro foi lançado em 1973 e esteve, nos anos seguintes, no centro das controvérsias sobre a "economia antiga". Cerca de seis anos depois, Finley apresentaria em Cambridge, a uma plateia que incluía alguns de seus críticos contundentes (de dentro e de fora da Inglaterra), a primeira de uma série de respostas às objeções levantadas contra *AE*. Nas notas preparatórias desse texto, ele registrou suas impressões a respeito da polêmica em torno da noção de "classe":

> Eu lamento, aliás, que o tempo não me permita discutir o conceito de 'classe' ou indicar o quanto o volume de críticas a AE teria sido reduzido se eu não tivesse escrito apenas duas páginas rejeitando classe como uma ferramenta de análise útil para esse assunto.[63]

O trecho foi rasurado nessa versão preliminar e suprimido da versão lida na reunião.[64] Ele tampouco apareceria na primeira resposta publicada a seus críticos, nem no apêndice da

---

[61] Carta de Ste. Croix a Finley em 16 de julho de 1972. *FP*, Cx. 2, pasta A38. Nos anos seguintes, Ste. Croix polemizaria com Finley em textos publicados sobre o assunto. À época da carta, ele começava a preparar seu *Class Struggle in the Ancient World* (Londres: Duckworth, 1981).
[62] Carta de Finley a Ste. Croix em 22 de julho de 1972 (ênfases no original). *FP*, Cx. 2, pasta A34.
[63] *FP*, Cx. 12, pasta E15.
[64] "The Ancient Economy and its Critics", op. cit..

reedição de AE em inglês, no qual Finley examinava a copiosa fortuna crítica do livro passados doze anos de sua publicação original.[65]

A passagem sobre classe era, afinal, um excurso, sinalizado no texto com uma espécie de parêntese na narrativa ao cabo do qual o autor convida o leitor a retomar o fio da análise: "E agora, finalmente, o que tudo isso tem a ver com as restrições morais de Cícero e as realidades econômicas da sociedade antiga?" (*AE*, 51). Finley, no entanto, não se furtou ele próprio a chamar a atenção do público para a questão da classe. Quando, em 1975, Jerôme Lindon, editor da Minuit, solicitou-lhe uma apresentação "de caráter comercial" de *AE* destinada aos leitores de sua edição francesa, Finley listou os "tópicos discutidos" do livro como atinentes a "classe, ordem e status, mestres e escravos, senhores e camponeses, cidade e campo e o estado e a economia".[66] Todos os termos evocam os pares de opostos que dão título aos capítulos de *AE*. A exceção é "classe", nomenclatura sem "relação com a substância", cuja supressão apenas reduziria "o volume de críticas a AE" – sem, presumivelmente, alterar o argumento.

Não é o caso de se deduzir daí um conjunto supostamente bem-definido, mas a rigor imponderável, de intenções deliberadas do autor, mas de sublinhar o modo de efetuação de suas ideias: Finley procede como se sua prioridade fosse ser lido e discutido, mesmo que não necessariamente entendido. Pensada não como – ou para além de – uma inconsistência lógica, a ambiguidade de *AE* aparece como constitutiva da produção e da reprodução da obra, numa fatura de texto que favorece (sem determinar) não só interpretações díspares das ideias ali expressas, mas fundamentalmente entendimentos delas bastante distintos da visão que o próprio autor tinha a respeito do que escrevia. Reside no ato mesmo de produção textual o princípio de uma (in)compreensão –comumente posta na conta das leituras distorcidas – que perverte as análises do autor. Tal perversão, entretanto, termina por se fazer rentável, pois, ao inspirar a verve de uma gama ampla de críticos (alguns dos quais transfigurados em *comentadores*), faculta à obra atributos de perenidade. Entende-se melhor assim que as elipses da argumentação contribuam para dar às ideias de Finley um caráter consequente, e ao autor, por extensão, a vantajosa posição no embate intelectual de quem sempre pode dizer melhor do que já disse aquilo que realmente quis dizer.

[65] FINLEY, M. I. "The Study of the Ancient Economy: Further Thoughts". *Opus* III (1984), pp. 5-11; e *AE*, 177-207. No primeiro texto, o problema da classe não foi discutido. No segundo sim, mas sem referências ao caráter secundário do trecho criticado. A manifestação mais contundente de Finley quanto à questão da classe em *AE* aparece no já citado prefácio à edição portuguesa patrocinada por Robert Rowland, um ex-aluno brasileiro de Finley nos anos 1960.
[66] *FP*, Cx. 12, pasta E17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo estudioso de história intelectual haverá de reconhecer que a cisma tida por fundamental nesse campo é aquela que opõe "internalistas" e "externalistas". Essas categorias, raramente mobilizadas em autodesignação, instauram uma separação entre duas maneiras típicas de se explicar o movimento das ideias: de um lado, teríamos a primazia das articulações conceituais propriamente ditas; de outro, a ênfase no condicionamento social e histórico de toda forma de pensamento. Quase tão comum quanto essa dicotomia é a invocação ritual de sua crítica. Esta normalmente se cumpre pela recusa dos extremos e pela defesa das soluções pactuadas, como se a importância conferida aos textos devesse sempre ser temperada com doses de contexto e vice-versa. É então que a crítica do senso comum se converte ela mesma em um senso comum da crítica.

Não me parece que seja produtivo juntar mais uma voz ao coro que denuncia as duas alternativas como falsamente excludentes, mas que no fundo mantém intacta a imagem de um eterno gradiente entre fatores "externos e "internos". Ora, a concepção mesma desse gradiente é histórica. Ela é em alguma medida tributária do processo histórico europeu que, na Época Moderna, produziu sociedades altamente diferenciadas e estabeleceu a autocontenção individual (o controle das emoções, o cultivo das boas maneiras, a introspecção etc.) como norma de conduta. Em termos de teoria do conhecimento, residem aí as raízes emocionais da legitimação do *homo clausus*, uma construção intelectual que estabelece uma barreira existencial entre o mundo de "dentro" e o mundo de "fora", entre o "sujeito" do conhecimento e os "objetos" postos diante dele.[67]

Diante disso, uma pesquisa empírica sobre o processo de produção, transmissão e apropriação do conhecimento teria dois caminhos a seguir mais interessantes do que os arremedos de conciliação entre "externalismos" e "internalismos". O primeiro consiste em problematizar o efeito das operações de conhecimento do(a) pesquisador(a) na projeção dessas divisões sobre o universo que ele ou ela estuda. A definição de prioridade heurística do "interno" ou do "externo" não se faz ao arrepio das questões que, explícita ou implicitamente, orientam os passos da pesquisa. As interrogações que presidem as estratégias de uma pesquisa de história intelectual dão necessariamente relevo a uma ou outra ordem de fatores. Assim, da mirada do(a) pesquisador(a) dependem o reforço, o relaxamento ou a reinvenção analítica das fronteiras entre o âmago e o entorno das ideias examinadas. Em princípio, nada autoriza a

[67] ELIAS, N.. "Scientific establishments", *op. cit*.

julgar como superior ou inferior a primazia de um ou outro fator, senão seu rendimento explicativo em uma investigação específica, quer dizer, seu ajuste fino aos problemas propostos e aos materiais compulsados.

O segundo caminho – distinto, mas não contrário ao primeiro – é observar como os próprios atores históricos encaram a questão (se e quando essa questão se coloca em seu horizonte, claro). Como notou Steven Shapin, a diferenciação entre o que é "interno" ou "externo" ao conhecimento pode não ser muito sensível do ponto de vista analítico, mas é culturalmente consequente em determinadas circunstâncias históricas. Assim é, por exemplo, que os cientistas contemporâneos não se furtam a distinguir sistematicamente aquilo que é da ordem de sua atividade profissional (i.e., do reino da ciência, conceitualmente depurado da política e da religião) daquilo que é próprio da "sociedade" que os circunda.[68] Em vez, portanto, do que pontificar quanto à prevalência do dentro ou do fora, da obra ou da vida, da alma ou do corpo, ou quanto à necessidade de conciliar duas perspectivas contraditórias, vale se perguntar pelas variações históricas e sociais das linhas que demarcam uma internalidade das ideias e uma externalidade contígua a elas.

Este artigo – parte de uma empreitada intelectual mais ampla – percorreu o primeiro caminho para chegar ao segundo. Ele procurou, por um lado, esquadrinhar a relação entre a elaboração de certas concepções de "economia antiga" de um autor específico com a apropriação e a consequente reprodução (sob o signo da honra ou da infâmia – não importa) dessas mesmas concepções por outros autores. Com frequência, ou bem se representa a criação intelectual como esmagada pelo cenário histórico que a engloba, ou bem se a concebe como se ao abrigo desse cenário; aqui, no entanto, ela foi tomada como dimensão constitutiva dos modos de dominação no universo da *classical scholarship*, o qual circunscreve simbolicamente a produção intelectual do autor considerado. As fronteiras entre o "dentro" e o "fora" foram, assim, borradas à luz de uma análise expressamente orientada para identificar nos textos de Finley as características que favoreceram sua absorção por outros textos.

Embora eu não possa desenvolver esse ponto aqui, essa visada turva dos limites entre texto e contexto está presente também, ainda que em outros termos, no modo como Finley e alguns contemporâneos (por exemplo, Pierre Vidal-Naquet, Jean-Pierre Vernant, Geoffrey de Ste. Croix, entre outros) encaravam sua própria atividade intelectual. Isso é observável na construção de *AE*. Nesse livro, a crítica das noções econômicas modernas enseja o

[68] SHAPIN, Steven. "Discipline and bounding: The history and sociology of science as seen through the externalism-internalism debate". *History of Science* 30, 1992, pp. 333-369.

estabelecimento de marcos discursivos centrais nas concepções de história econômico-social de Finley: evoca um corte entre "antigos" e "modernos", o qual condiciona a definição dos instrumentos de análise comparativos e modelares e engaja na discussão um *leque de interlocutores* mais amplo do que o de profissionais ocupados exclusivamente dos "antigos". Tais marcos despontam nos trabalhos de Finley articulados por uma estratégia de argumentação *compreensiva*, atenta aos significados que gregos e romanos emprestam a suas atividades econômicas. Sendo tais significados concebidos em contraste com as ideologias econômicas familiares ao autor e àqueles que o leem, Finley convoca seus pares, recorrendo a uma retórica *polêmica* e a uma escrita *ambígua*, a aceitar a historicidade do capitalismo e das formas de pensamento associadas a esse sistema econômico como o ponto de partida de toda análise sobre a economia dos antigos. Tal pressuposto encontrava eco junto a classicistas, como aqueles acima que acabo de mencionar, críticos ao credo liberal da autorregulação e da presença ubíqua do sistema de mercado nas sociedades humanas: face à fragilidade dos dados relativos à vida econômica antiga, avançavam-se hipóteses sobre possibilidades de condutas e atividades econômicas estranhas à experiência contemporânea.[69] Nas discussões sobre economia antiga, não estavam em jogo apenas visões substantivas a respeito de gregos e romanos, mas também uma ideia crítica do mundo em que tais discussões tinham lugar.

Com efeito, não se pode pensar a centralidade adquirida por Finley nos debates sobre a economia antiga ao arrepio de algumas das características textuais destacadas ao longo deste capítulo. O caso de dominação intelectual aqui estudado não se instaura sem uma certa destreza no manejo dos símbolos constitutivos do universo social dos produtores de conhecimento de história econômica da Antiguidade, isto é, sem uma espécie de exploração virtuosa de um "fundo de saber" acumulado coletivamente ao longo de gerações:[70] autores que tinham a mesma assimetria entre antigos e modernos como substrato são revolvidos por Finley na caracterização das sociedades ateniense e romana dos períodos "clássicos" como escravistas, na afirmação da base agrícola da economia greco-romana, na inscrição das grandes cidades antigas em um tipo ideal de "cidade-consumidora" e assim por diante.[71]

[69] Para mais dados a esse respeito, ver PALMEIRA, M. S. 'A economia antiga é um campo de batalha': história social de uma controvérsia erudita. *Política e Sociedade*, n. 38, 2018 (no prelo).
[70] ELIAS, Norbert. "Scientific establishments". In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Erminio; WHITLEY, Richard D. (orgs.). *Scientific Establishments and Hierarquies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982.
[71] Para os antecedentes marxistas da definição de sociedade escravista, ver JOLY, Fabio. *Libertate opus est. Escravidão, Manumissão e Cidadania à Época de Nero (54-68 d.C.)*. Curitiba: Editora Progressiva, 2010, cap. 1. Boa parte das proposições de Finley sobre agricultura se basearam em MICKWITZ, G. "Economic Rationalism in Graeco-Roman Agriculture". *The English Historical* Review, vol. 52, n. 208, outubro de 1937, pp. 577-589, que anotou a falta de interesse dos autores romanos nos cálculos econômicos e indicou a distância deles em relação a manuais agrícolas modernos. Quanto à formulação original da ideia de "cidade-consumidora", ver WEBER, Max. *Economy and Society*, vol. 2, op.cit., pp. 1212-1300.

Reside parcialmente nesse modo de desenvolver as questões a fonte de autoridade do historiador.